DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 5032/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/8881/2015
PROTOCOLO	: 1583910
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU
JURISDICIONADO	: PEDRO ARLEI CARAVINA
CARGO DO JURISDICIONADO	: PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO Nº 019/2014
CONVENENTE	: ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE PRESIDENTE EPITACIO DOMICILIADOS EM BATAGUASSU - ME
OBJETO	: REPASSE FINANCEIRO
VALOR	: R$ 120.000,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUIZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

CONVÊNIO - PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSE FINANCEIRO – LEI MUNICIPAL Nº 2111/2013 – APOIO PARA DESPESAS DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL – ACADÊMICOS DE NIVEL SUPERIOR OU TÉCNICO - PLANO DE TRABALHO ADEQUADO - OBJETO REALIZADO - EXECUÇÃO FINANCEIRA CORRETA – CONTAS REGULARES – QUITAÇÃO - ARQUIVAMENTO.

Tratam estes autos sobre o exame da Prestação de Contas do Convênio nº 019/2014 (fls. 8/15).

O objeto do convênio consiste no auxílio financeiro para subsidiar a realização de transporte coletivo intermunicipal dos estudantes de nível superior e técnico no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) com prazo de vigência compreende o período de 07 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

No curso dos procedimentos de análise o Corpo Técnico, após criterioso exame do feito emitiu a Análise ANA-2ªICE-1172/2017 (fls. 194/195), concluindo pela regularidade da presente prestação de contas.

Submetido à apreciação do douto Ministério Público de Contas, este por meio do r. Parecer PAR-2ª PRC-4550/2017 (fls. 196/197), encampa o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e opina pelo julgamento desta Prestação de Contas como contas regulares .

É o que cabe, na essência, relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

A concessão dos recursos cuja prestação de contas ora se examina foi realizada em conformidade com as disposições legais regedoras da espécie, cujos recursos foram destinados ao auxilio financeiro para a execução do projeto delineado na Clausula Primeira do Instrumento.

O objeto do Convênio está delineado na Cláusula Primeira (fl. 8), nos seguintes termos, *verbis*:

> Constitui objeto do presente convênio, a concessão de auxílio transporte coletivo aos estudantes que cursam Nivel Superior ou Técnico residente em Bataguassu para subsidiar o deslocamento intermunicipal, de acordo com o Plano de Trabalho.

O valor do investimento importa em R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme definido na Cláusula Quarta (fl. 9).

O prazo de vigência compreende o período de 07 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2014, nos termos da Cláusula Oitava (fl. 12).

A execução financeira do instrumento está demonstrada pelo Corpo Técnico contemplando os seguintes valores, neles incluídos os rendimentos auferidos e diretamente aplicados no projeto. (fl. 178):

Receita (R$)		Despesa (R$)	
Repasse	120.000,00	Comprovantes Fiscais	123.750,00
Acréscimo	3.750,00		
Total	123.750,00	Total	123.750,00

O objeto acima transcrito foi regularmente executado, conforme se afere do termo de homologação acostado aos autos (fl. 7), bem assim, da conclusão oferecida pelo Corpo Técnico, nos seguintes termos (fl. 194), *verbis*:

> Diante do exposto, **retificamos a ANA-15827/2015** encartada às fls.176-179, para concluir que a prestação de contas do **Convênio nº 19/2014** celebrado entre o **Município de Bataguassu,** CNPJ-MF nº 03.576.220/0001-56 e a **Associação dos Universitários de Presidente Epitácio Domiciliados em Bataguassu,** CNPJ-MF nº 08.250.455/0001-77, **oferece** condições de aprovação.

O douto Ministério Público de Contas alinha o mesmo posicionamento opinando pela aprovação desta prestação de contas, nos seguintes termos (fl. 197), *verbis*:

> Este Ministério Público de Contas pelo exame da documentação acostada aos presentes autos, consubstanciando-se na análise técnica e nos documentos apresentados pelos responsáveis, entende que a prestação de contas de convênio em apreço deve ser considerada **Regular,** nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/2012.

Assim sendo, demonstrada a regularidade e legalidade da aplicação dos recursos em conformidade com o plano de trabalho estabelecido pelos partícipes é de se acolher a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo eminente Procurador de Contas visto que alcançado o objetivo preconizado pelo Convênio a presente prestação de contas se encontra apta a receber a aprovação desta Corte de Contas.

Mediante o exposto e, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, II, § 3º, IV, "a", V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1- pelo julgamento desta Prestação de Contas do Convênio nº 019/2014 (fls. 8/15) celebrado entre o Município de Bataguassu/MS, CNPJ nº 03.576.220/0001-56, por seu Prefeito, Senhor Pedro Arlei Caravina, CPF nº 069.753.388-33, como concedente, e de outro lado, a Associação dos Universitários de Presidente Epitácio Domiciliados em Bataguassu - MS, CNPJ nº 08.250.455/0001-77, por sua Presidente, Senhora Nathália Caroline Dolens Cardoso, CPF nº 030.891.621-21, como convenente, como **CONTAS REGULARES** em razão da correta demonstração da aplicação dos recursos em objeto de interesse público relevante, conforme plano de aplicação aprovado pelos partícipes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 171 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela quitação ao Ordenador de Despesas, Senhor Pedro Arlei Caravina, CPF nº 069.753.388-33, para os efeitos do art. 60 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pelo arquivamento do feito, observadas as disposições do art. 173, V, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4 - É a decisão.

5 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 30 de maio de 2017.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator